

CONTRATO DP/ 65 .2015

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A EMPRESA WP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI-EPP, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) CANHÕES MONITORES FIXOS PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DO TERMINAL DE GRANEIS LÍQUIDOS DA ILHA BARNABÉ, TUDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), bairro Macuco, CEP: 11015-900, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Angelino Caputo e Oliveira, e, de outro lado, a WP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI-EPP, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.338.820/0001-68, com sede em Peruíbe, na Av. João Abel, nº 372, representada, neste ato, pelo seu proprietário Sr. Emerson Viana de Oliveira, fica justa e acordada, mediante as cláusulas e condições seguintes:



PRIMEIRA - OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer, para a CODESP, na modalidade de menor preço global, referente ao **Pregão Eletrônico nº 30/2015**, objetivando a aquisição de 06 (seis) canhões monitores fixos para utilização no sistema de combate a incêndio do Terminal de Graneis Líquidos da Ilha Barnabé, tudo em conformidade com o Edital e Termo de Referência, e na "Proposta Comercial", da Contratada, datada de 27/07/2015, as quais, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, naquilo que não conflitarem com as presentes disposições, com as do Edital e apensos do Pregão Eletrônico supracitado, com as da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações.

Parágrafo Único

A prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, deverá atender a todas as exigências contidas no "Termo de Referência", Apenso II do Edital, do Pregão supracitado.

SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO

O fornecimento dos materiais deverá ser efetuado até 40 (quarenta) dias, a contar da data de emissão da ordem de fornecimento.

TERCEIRA - VALOR

O valor global para o presente contrato é de **R\$ 24.998,00** (vinte e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como aqueles previstos na Lei nº 8.666/93, no Edital e no "Termo de Referência", Apenso II do Edital, do Pregão supracitado, preço esse resultante do somatório dos valores consignados na "Planilha de Preços" da CONTRATADA, a qual, rubricada pelas partes, passa a integrar o presente instrumento contratual.



PORTO DE
SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA
CODESP
JURÍDICO



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO
AUTORIDADE PORTUÁRIA
CODESP

QUARTA - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de apresentação, pela Contratada, da respectiva fatura/nota fiscal, depois de conferidos e aceitos pela Fiscalização da CODESP.

Parágrafo Primeiro

A CODESP deverá reter, quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

Para os fins do art. 40, inciso XIV, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, o desembolso máximo estimado corresponderá àquele constante da “Proposta Comercial” da Contratada, e de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro da CODESP.

Parágrafo Terceiro

O fornecimento, objeto deste Contrato, está sujeito à retenção de impostos conforme legislação vigente, no mês do fornecimento dos materiais, objeto deste contrato.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA ficará obrigada a apresentar, quando for o caso, a fatura mensal devidamente acompanhada do demonstrativo das respectivas despesas, bem como, apresentar original ou cópias autenticadas das últimas guias de recolhimento do INSS, do FGTS e do ISS (quando for o caso) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para liberação das faturas/notas fiscais mencionadas no “caput”, desta cláusula, sem as quais a(s) fatura(s) poderão ser devolvidas.



QUINTA - FISCALIZAÇÃO

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, bem como quaisquer serviços pertinentes ao objeto deste Contrato, a CODESP, através do Gestor deste Contrato, designará representantes – doravante denominados simplesmente Fiscalização –, que terá amplos poderes, sem aviso prévio, para inspecionar e acompanhar o fornecimento dos materiais, bem como solicitar laudos ou certificados que comprovem a boa qualidade dos materiais.

Parágrafo Primeiro

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Segundo

A Fiscalização poderá sustar ou mandar refazer quaisquer serviços que não atendam às especificações e demais requisitos previstos neste Contrato, sendo que, qualquer falha de execução dos serviços importará na notificação da CONTRATADA, para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

SEXTA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços objeto deste instrumento contratual, não significa que fique retirada nem mesmo reduzida a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a CONTRATADA a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste Contrato, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que venha a causar, à CODESP e/ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, sem expressa autorização da CODESP, a prestação dos serviços, autorização essa que, se concedida, não retirará nem diminuirá a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

Além das obrigações exigidas no Termo de Referência, Apenso II, a CONTRATADA deve também:

- a) Executar todos os serviços previstos obedecendo rigorosamente, além das técnicas e práticas mais recomendáveis para cada caso, as normas aplicáveis;
- b) Obedecer às prescrições legais que couberem e atender aos regulamentos que a CODESP mantém na zona portuária;
- c) Manter seus funcionários uniformizados e calçados adequadamente, portando cartão de identidade (crachá);
- d) Observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2015.

Parágrafo Terceiro

Ficará a cargo da CONTRATADA solicitar junto à CODESP e às demais autoridades do Porto, as licenças e autorizações necessárias para o ingresso na faixa portuária, visando o atendimento deste Contrato.

Parágrafo Quarto

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista, assumindo, a mesma CONTRATADA, inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, por todo seu pessoal, como única empregadora, reconhecendo expressamente que, em hipótese alguma se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CODESP.



Parágrafo Quinto

Os danos materiais ou pessoais que porventura venham a decorrer dos serviços executados, pela CONTRATADA, são de sua inteira responsabilidade, obrigando-se a mesma CONTRATADA a repará-los imediatamente.

SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CODESP

- a) Prestar os esclarecimentos para a execução dos serviços, os quais devem ser feitos com a antecedência necessária.
- b) Notificar por escrito e com antecedência, qualquer débito por ventura, existentes (multa, danos causados e outros).
- c) Notificar por escrito, sobre as irregularidades ou falhas, que por ventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual. A ausência de comunicação por parte da CODESP, referente às irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades previstas no Contrato e seus anexos.
- d) Emitir e fornecer autorização/identificação para a entrada de seus empregados designados para a execução dos serviços, objeto do Contrato.

OITAVA - PENALIDADES

Na vigência deste instrumento contratual, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (meio por cento) do valor global do Contrato, por dia de atraso na entrega dos materiais nas dependências da CODESP, e/ou, na conclusão dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela Contratada e aceito pela CODESP;
- b) multa de até 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CODESP, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato, além de citação no SICAF/COMPASNET.

d) As penalidades previstas nas alíneas a, b, e c, poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

f) Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a Adjudicatária o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua Chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso, será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

NONA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP - Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/nº - Bairro do Macuco – Santos/SP
CEP 11015-900 - Tel.: (13) 3202-6565 – ramal 2718 – Fax: (13) 3202-6556 – E-mail: pedro.bacci@portodesantos.com.br
Site: www.portodesantos.com.br — PREGÃO ELETRÔNICO 30/2015 – Processo 23120/15-16

- a) Se o fornecimento do objeto contratado for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) Se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- c) Se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula Oitava deste Contrato;
- d) Se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- e) Se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato, no Edital e no "Termo de Referência", Apenso II, do Pregão Eletrônico nº 30/2015.

Parágrafo Primeiro

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

DÉCIMA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

O foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações.

DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Gerência de Operações - GCO da CODESP.

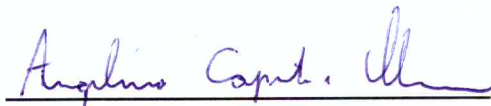
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP - Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/nº - Bairro do Macuco – Santos/SP
CEP 11015-900 - Tel.: (13) 3202-6565 – ramal 2718 – Fax: (13) 3202-6556 – E-mail: pedro.bacci@portodesantos.com.br
Site: www.portodesantos.com.br — PREGÃO ELETRÔNICO 30/2015 – Processo 23120/15-16

DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais - PDG da CODESP.

E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 13 de outubro de 2015.



Angelino Caputo e Oliveira
Diretor-Presidente

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Emerson Viana de Oliveira
Proprietário

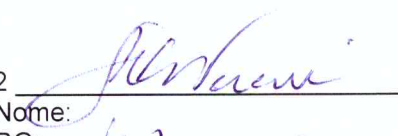
WP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
DE SEGURANÇA EIRELI-EPP

TESTEMUNHAS:

1

Nome: 
RG: 25.745.640-5

2

Nome: 
RG: 14.745.622

Mario Lucio Pereira da Silva
Técnico de Serviços Portuários
Registro 33.753 6